

## Branquitude na Psicologia Brasileira: Reflexões a partir da Crítica Decolonial

Marina Cardoso de Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba,  
MG, Brasil

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,  
SC, Brasil

Marcelo Afonso Ribeiro<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** Refletir criticamente a respeito da branquitude na Psicologia brasileira é uma atitude essencial para fortalecer o movimento decolonial e as lutas antirracistas. Seja na ciência ou na profissão, é notória a predominância de pessoas brancas, sobretudo em funções de poder e liderança. Nesse sentido, debater a categoria raça na perspectiva da branquitude é uma necessidade urgente no processo de formação política e racial de quem ensina, atua e pesquisa psicologia no país. Partindo de perspectivas decoloniais, este ensaio teórico se propõe a problematizar a branquitude e seus efeitos na ciência psicológica e na profissão no Brasil, bem como a anunciar caminhos possíveis de se trilhar nas lutas por reparação e justiça social. Inicialmente, elencamos alguns marcadores da história da Psicologia, a partir da crítica decolonial. Na sequência, apresentamos o campo de estudos acerca da branquitude e discutimos o processo de construção da identidade racial branca e não branca em nossa sociedade. Discorremos sobre o mito da democracia racial como forma de provocar o debate antirracista na ciência psicológica e em suas práticas profissionais. Encorajamos a Psicologia brasileira e quem exerce a profissão a refletir sobre os privilégios da branquitude para as pessoas brancas, e sobre como pessoas não brancas se constroem a partir da inferioridade e da subalternidade ao considerá-la como referência. Para (não) concluir, sugerimos caminhos para a reparação e desejamos que este ensaio contribua com o giro decolonial e com o letramento racial de psicólogas(os) brasileiras(os).

**Palavras-chave:** Branquitude, Racismo, Justiça Social.

---

## Whiteness in Brazilian Psychology: Reflections from a Decolonial Critique

**Abstract:** In Brazilian psychology, critically reflecting on Whiteness is an essential attitude to strengthen the decolonial and anti-racist movement. Whether in science or in the profession, White people are a dominant presence, especially in positions of power and leadership. Hence why debating the category of race, from the perspective of Whiteness, is urgent in the process of political and racial formation of those who teach, work and research psychology in Brazil. Based on decolonial perspectives, this theoretical essay problematizes Whiteness and its effects on psychology as a science and profession in Brazil, announcing possible paths toward reparation and social justice. First, we list some markers in the history of psychology, based on the decolonial critique. Next, we present the field of Whiteness studies and discuss the process of constructing white and non-white racial identity in our society. We discuss the myth of racial democracy in Brazil to provoke an anti-racist and decolonial debate in psychological science and its professional practices. We encourage Brazilian psychology and psychologists

to reflect on White privilege and how non-white people construct themselves from inferiority and subalternity by considering Whiteness as a reference. To (not) conclude, we suggest paths toward reparation and hope that this essay contributes to the decolonial turn and the racial literacy of Brazilian psychologists.

**Keywords:** Whiteness, Racism, Social Justice.

---

## La Blanquitud en la Psicología Brasileña: Reflexiones desde una Crítica Decolonial

**Resumen:** Reflexionar críticamente sobre la blanquitud en la Psicología brasileña es una actitud esencial para fortalecer el movimiento decolonial y las luchas antirraciales. En la ciencia o en la profesión, es notorio el predominio de la raza blanca, especialmente en posiciones de poder y liderazgo. En este sentido, debatir la categoría de raza desde la perspectiva de la blanquitud es una necesidad urgente en el proceso de formación política y racial de quienes enseñan, trabajan e investigan psicología en el país. A partir de perspectivas decoloniales, este ensayo teórico se propone problematizar la blanquitud y sus efectos en la ciencia psicológica y en la profesión en Brasil; y anunciar posibles caminos a seguir en las luchas por reparaciones y justicia social. En primer lugar, enumeramos algunos marcadores de la historia de la Psicología a partir de la crítica decolonial. En seguida, presentamos el campo de estudios sobre la blanquitud y discutimos el proceso de construcción de la identidad racial blanca y no blanca en nuestra sociedad. Discutimos el mito de la democracia racial en Brasil como forma de provocar un debate antirracista en la ciencia psicológica y sus prácticas profesionales. Estimulamos la Psicología brasileña y a quienes ejercen la profesión a reflexionar sobre los privilegios de la blanquitud para los blancos y cómo los no blancos se construyen desde la inferioridad y la subalternidad al considerarla como referencia. Para (no) concluir, sugerimos vías de reparación y esperamos que este ensayo contribuya al giro decolonial y a la alfabetización racial de los/las psicólogos/as brasileños/as.

**Palabras clave:** Blanquitud, Racismo, Justicia Social.

### Introdução

Tornar-se consciente da branquitude<sup>1</sup> e reconhecer os efeitos, simbólicos e materiais, que ela causa às pessoas brancas e não brancas é uma atitude primordial para quem deseja colaborar com o giro decolonial<sup>2</sup> e com as lutas antirracistas (Conselho Federal de Psicologia, 2022). O resgate da memória histórica nos mostra que a Psicologia brasileira, como herdeira do projeto modernidade-colonialidade foi e continua

sendo um espaço ocupado predominantemente por pessoas brancas (Oliveira, 2020). Decorre disso a importância de repensar as relações raciais e os atravessamentos da branquitude em todas as áreas e contextos de atuação.

Em 2022, o CensoPsi, realizado com mais de 20.000 psicólogos(os), confirmou essa tradição mostrando que a Psicologia no Brasil é uma carreira dominada por mulheres brancas, embora, paradoxalmente,

---

<sup>1</sup> Debatesmos o conceito branquitude como desdobramento da colonização das Américas e como expressão do racismo.

<sup>2</sup> Neste ensaio optamos pelo uso da expressão decolonial, pois trata-se de um texto crítico-reflexivo que problematiza um dos efeitos da colonialidade na Psicologia brasileira. Como movimento de resistência intelectual latino-americana, o pensamento decolonial tem direcionado reflexões críticas a partir do exercício da descolonização, relocalização e pluriversalização epistemológica, abrindo espaço para uma comunicação intercultural (Pavón-Cuellar, 2021).

a distribuição da renda privilegia os homens, havendo uma prevalência deles no estrato mais alto de rendimentos mensais. Além disso, o levantamento mostrou que mulheres não brancas têm renda inferior às mulheres brancas (Carvalho-Freitas, Bentevi, & Sandall, 2022; Sandall, Queiroga, & Gondim, 2022). Tais indicadores nos alertam para uma dinâmica recorrente de desigualdades raciais e de gênero que precisa ser problematizada.

Estudos críticos da branquitude que tensionem a dominação racial na psicologia brasileira são relativamente recentes. O tema ganha destaque nas discussões científicas e profissionais a partir dos anos 2000. A cronologia histórica revela um movimento lento, mas crescente<sup>3</sup>. Apesar de avanços teóricos e normativos serem visíveis, especialmente após 2010, a formação acadêmica ainda reflete um modelo universalista e colonial. Na contemporaneidade, ciência e profissão, enfrentam o desafio de traduzir críticas à branquitude em práticas antirracistas concretas (Ramos & Carvalho, 2022; 2024).

Por desconhecimento ou omissão proposital, a Psicologia brasileira não questionou, por muito tempo, o papel de psicólogas(os) brancas(os) na manutenção e reprodução das desigualdades raciais - no ensino, na pesquisa e nas práticas profissionais - perpetuando a falsa ideia de que o racismo é um problema apenas para quem não é branco. A literatura recente aponta que a branquitude é mais do que um marcador racial; é parte estruturante de um sistema de poder colonial que influencia desde a produção

teórica até as práticas clínicas (Conceição, 2024; Lyra et al., 2023; Ramos & Carvalho, 2022; 2024; Schucman & Cordeiro, 2024).

Cientes da necessidade de debater o tema, este ensaio, se propõe a problematizar os efeitos da branquitude na ciência psicológica e na profissão, e anunciar caminhos possíveis de se trilhar nas lutas por reparação e justiça social. O fio condutor que orientou a argumentação foi o pensamento decolonial e o compromisso ético-político da Psicologia brasileira com as lutas antirracistas. Desejamos com este texto colaborar com o processo de conscientização<sup>4</sup> e de letramento racial de quem faz psicologia no Brasil.

### **Marcadores históricos da Psicologia brasileira a partir da crítica decolonial**

Pensar a Psicologia brasileira a partir das lentes decoloniais requer uma consciência histórica menos ingênua e mais crítica. Somos convidadas(os) a refletir criticamente sobre a História, considerando primeiramente de qual lugar e por quem ela é contada<sup>5</sup>, se de um lugar de hegemonia/dominação ou da subalternidade<sup>6</sup> (Lima & Malcher, 2019). Além disso, os estudos decoloniais denunciam os efeitos da colonialidade<sup>7</sup> na sociedade moderna (Pereira, Gonçalves, Silva, & Eckhardt, 2022). Num processo contínuo de reflexão-ação, a crítica decolonial confronta o pensamento hegemônico e universalizante que o projeto modernidade-colonialidade nos impõe, e serve como ferramenta de luta para pluriversalizar os modos de ser e estar no mundo (Carvalhoes & Lima, 2020).

<sup>3</sup> As teses e dissertações das(o) psicólogas(o) Cida Bento (2002), Lúcio Otávio Alves Oliveira (2007) e Lia Schucman (2012) são consideradas referências pioneiras. Antes disso, em 1945, a dissertação de Virgínia Bicudo é considerada o marco para a discussão racial na Psicologia, embora tenha sido ignorada nas décadas seguintes (Ramos & Carvalho, 2022; 2024). Também merecem destaque os trabalhos científicos de Neusa Santos Souza (1983), Lélia González (1984) e Edith Piza (1998), que entre 1980 e 1990, confluíram esforços para debater os efeitos do racismo na subjetividade e a racialização do branco. Na década de 2020, as reflexões críticas da psicóloga indígena, Geni Núñez enriquecem o debate intercultural sobre o tema (Longhini, 2023; Núñez, 2023b). Nas ciências sociais Lourenço Cardoso é um autor brasileiro importante.

<sup>4</sup> Partindo do pensamento de Paulo Freire (1994/2021) utilizamos a expressão conscientização para indicar o processo dialógico e contínuo de reflexão-ação, responsável pelo fortalecimento da consciência crítica, política e comunitária. A conscientização implica assumir o papel de sujeitos históricos, que fazem e refazem o mundo. Por suas características, indica compromisso histórico, consciência histórica e inserção crítica na história. Pessoas conscientes refletem sobre problemas sociais e se engajam em ações para tentar solucioná-los.

<sup>5</sup> Lócus de enunciação e lugar geo-corpo-político do conhecimento são importantes conceitos decoloniais que informam o lugar epistêmico e o lugar social de quem fala (Grosfoguel, 2008).

<sup>6</sup> A subalternidade pode ser definida como as “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 12). Os saberes subalternos “são aqueles que se situam na intersecção do tradicional e do moderno. São formas de conhecimento híbridas e transculturais” (Grosfoguel, 2008, p.136).

<sup>7</sup> Colonialidade é um conceito central do pensamento decolonial. A expressão refere-se à matriz de poder colonial que sustenta a estrutura sistema-mundo moderno (Gonçalves, 2016; Mignolo, 2017). O conceito de colonialidade se estende para os âmbitos do poder, do saber, do ser e de gênero (Ballestrin, 2013).

O pensamento decolonial nos torna conscientes de que, desde a colonização do continente americano, vivemos sob a influência de um modelo hegemônico de vida e produção, que nos impõe a exploração do trabalho e a servidão contemporânea, a degradação da natureza e a inferiorização de seres humanos e não humanos. As lentes decoloniais nos permitem enxergar que a América Latina não foi descoberta, mas invadida, riquezas foram roubadas, culturas silenciadas e pessoas não brancas subalternizadas e escravizadas (Mignolo, 2017).

Indagar acerca da História da Psicologia a partir da crítica decolonial nos leva a reconhecer a húbri do ponto-zero<sup>8</sup>, na qual a identidade hegemônica e universal do “homem moderno” se constrói. Erguida a partir de paradigmas eurocêntricos e norte-americanos do século XIX, a Psicologia moderna funciona como uma engrenagem da matriz de poder colonial ao elaborar teorias com base em um modelo normativo de humanidade que exclui a diversidade (Dimenstein, Silva, Dantas, Leite, & Macedo, 2022). Apesar dos avanços na crítica a essa normatividade, ainda há lacunas na aplicação de políticas antirracistas concretas na formação profissional e na assistência à população negra, indígena e periférica, por exemplo.

O ideal de ser humano apresentado como universal é, ao contrário, bem específico: homem, europeu, branco, cristão, monogâmico, cisgênero, dotado de civilidade e racionalidade moderna, que se coloca como trabalhador, empreendedor e possuidor de algum bem (Alves & Demonlez, 2015; Lima & Malcher, 2019). Ao naturalizar tais características, a Psicologia reproduz hierarquias coloniais e invisibiliza experiências de grupos e pessoas que divergem desse padrão. Testes psicológicos baseados em normativas brancas, escassez de abordagens interseccionais e patologização de sofrimentos gerados pelo racismo exemplificam lógicas universalizantes (Lyra et al., 2023). No Brasil, a ideia de humanidade e de psiquismo humano universal ainda predomina entre diferentes grupos étnico-raciais.

Cursos de Psicologia raramente incluem nas grades curriculares o tema raça e racismo nas disciplinas obrigatórias (Navasconi, 2023; Ramos & Carvalho, 2022; 2024). A inferiorização de saberes não brancos,

fundamentada no epistemicídio, é outra prática recorrente, que acontece pelo apagamento de intelectualidades indígenas e dos povos africanos. Essa negação da diversidade epistemológica deixou marcas profundas na sociedade e na Psicologia brasileira, e tem como consequência a reprodução de violências e desigualdades históricas (Longhini, 2023).

Na prática, são psicólogas(os) brancas(os) que atuam profissionalmente e problematizam cientificamente sobre os corpos geopoliticamente subalternizados, sobretudo negros e indígenas, ao mesmo tempo que se calam a respeito dos privilégios dos corpos brancos. Essa herança colonial entrega à sociedade brasileira e ao mercado de trabalho profissionais da Psicologia sem preparo adequado para lidar com questões psicológicas e seus atravessamentos raciais (Ramos & Carvalho, 2024). Romper o histórico de dominação e avançar no entendimento das relações étnico-raciais é uma necessidade urgente. Diante das circunstâncias, o debate acerca da branquitude na psicologia brasileira mostra-se indispensável.

### **Branquitude, mito da democracia racial e construção das identidades raciais de pessoas brancas e não brancas**

Quem deseja se engajar no movimento decolonial e nas lutas antirracistas, sobretudo a partir da Psicologia brasileira, precisa ser capaz de reconhecer os efeitos da branquitude na ciência e na profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2022; Lyra et al., 2023; Meireles, Feldmann, Silva Cantares, Nogueira, & Guzzo, 2019). Por ser uma temática marcada por relações de dominação, o debate pode ser feito a partir de várias perspectivas.

Neste ensaio, optamos por discutir o tema a partir do pensamento decolonial e do campo de estudos étnico-raciais. As reflexões críticas das psicólogas Cida Bento, Lia Schucman e Geni Núñez e do cientista social Lourenço Cardoso serviram de bússola para a construção de uma argumentação intercultural sobre o tema.

Foram consultados os estudos de revisão e estado da arte conduzidos por Márcia Ribeiro Ramos e Liandra Lima de Carvalho (2022; 2024) e por Marllon Nascimento Conceição (2024), assim como dossiês e coletâneas da Psicologia e das ciências humanas e

---

<sup>8</sup> O termo “húbri do ponto-zero” é utilizado por Walter Mignolo para se referir ao processo de colonização que posiciona a Europa e o homem branco, europeu, burguês como centro do espaço-tempo moderno (Mignolo, 2017, p. 13).

sociais<sup>9</sup> publicados nos últimos cinco anos. Utilizamos preferencialmente literatura nacional, embora autores e autoras de outras nacionalidades sejam mencionados.

Para começar, ressaltamos que quando falamos de branquitude não estamos nos referindo, simplesmente, às pessoas brancas. O conceito branquitude é amplo e heterogêneo. Em síntese, refere-se a um lugar de poder e de vantagem estrutural numa sociedade que se organiza e funciona a partir da dominação racial. A branquitude é “uma ideologia, são valores, ideias que colocam o branco como o ideal de beleza, o ideal de civilização, o ideal de racionalidade, o ideal intelectual” (Schucman & Silva, 2022, p. 32). Como fenômeno psicossocial, ela é consequência da relação colonial, que legou determinada configuração à subjetividade e orientou lugares sociais para brancos e não brancos. A branquitude, como matriz de poder colonial, confere privilégios simbólicos e materiais para seres humanos considerados brancos, queiram eles ou não (Bento, 2022; Cardoso; 2010; 2017; Núñez, 2023b; Longhini, 2023; Schucman, 2018).

Para Cida Bento, o campo de estudos sobre a branquitude pode ser organizado em ondas. A primeira delas data do século XIX, quando intelectuais negros começaram a descrever e questionar as estruturas da supremacia branca nos Estados Unidos. Na sequência, os estudos se deslocaram da esfera individual para a análise de discurso que torna a branquitude invisível. Nessa perspectiva, exemplos de privilégios de pessoas brancas, como a ampla representação em programas de TV e revistas começam a ser problematizados. Numa terceira onda, os estudos da branquitude buscam evidenciar as reações de pessoas brancas diante do aumento da presença de pessoas não brancas, especialmente negras, em lugares antes frequentados só por brancos. Na contemporaneidade os estudos se posicionam de modo crítico e político, denunciando a apropriação dos bens materiais e simbólicos pelos brancos e exigindo justiça e reparação (Bento, 2022).

Lourenço Cardoso problematiza a branquitude a partir de suas diferentes formas de manifestação. Resumidamente, a *branquitude crítica* diz do indivíduo ou grupo branco que desaprova publicamente o racismo, mas raramente reconhece ou está disposto a abrir mão dos privilégios da identidade racial branca, e, no espaço privado, tem liberdade para reproduzir ironias mascaradas. Já a *branquitude acrítica* refere-se a quem sustenta o argumento em prol da superioridade racial branca. São representados por pessoas ou grupos que, direta ou indiretamente, propagam superioridade e pureza racial branca (Cardoso, 2010; 2017).

No Brasil, a maioria dos estudos concentra-se em abordar a branquitude crítica, debatendo as contradições entre o discurso público contrário ao racismo e as práticas racistas cotidianas presentes nas relações pessoais e nas instituições, em sintonia com o mito da democracia racial<sup>10</sup> (Carreira, 2018). A *branquitude crítica* também tem sido pensada como uma maneira da pessoa branca estar no mundo, como aliada na luta antirracista, mas que apresenta contradições performativas em suas condutas. A construção de uma branquitude crítica e antirracista perpassa afetos como a vergonha, a negação e a responsabilização (Colantoni, 2024; Kilomba, 2019).

Diversas vertentes teóricas convergem ao afirmar que a branquitude, enquanto identidade racial, expressa-se de maneiras variadas, assim como as dinâmicas racistas se desdobram em múltiplas dimensões sociais. A maleabilidade da identidade racial branca lhe dá condições de inventar estratégias sutis e/ou explícitas de manifestação do racismo (Cardoso, 2010; 2017; Gomes, 2021; Schucman, 2018). Por isso, pessoas brancas demonstram dificuldades de verem a si próprias como racializadas, como seres que têm uma perspectiva racial em suas interações sociais.

A noção de ‘salário psicológico’<sup>11</sup> configura-se como um mecanismo essencial para entender como o racismo estrutura relações econômicas e também identidades e subjetividades. Essa dimensão

---

<sup>9</sup> Nos últimos cinco anos (2020-2025) encontramos dois dossiês e três coletâneas com especialistas: a) dossiê *Branquitudes e relações raciais no Brasil*, da CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, datado de 2024; b) dossiê *Branquitude, racismo e antirracismo: Diálogos interdisciplinares*, da revista *Psicologia & Sociedade*, datado de 2023; c) dois volumes da coletânea *Psicologia brasileira na luta antirracista*, do Conselho Federal de Psicologia, datada de 2022; e d) diálogos do encontro *Branquitude: racismo e antirracismo*, publicado pelos Cadernos do Instituto Ibirapitanga em 2022.

<sup>10</sup> “O termo democracia racial foi cunhado por Gilberto Freyre em 1933 e diz respeito à falsa ideia de que o Brasil escapou do racismo. O mito da democracia racial está ancorado na falácia de que neste país as relações entre senhores e escravizados foram mais harmônicas e menos violentas que em outros países escravocratas” (Meirelles et al., 2019, p. 5).

<sup>11</sup> Conceito elaborado por W.E.B Du Bois nos Estados Unidos em 1935.

da branquitude sustenta fenômenos como o mito da democracia racial brasileira, evidenciando, por exemplo, como indivíduos da pele clara, nas diferentes classes sociais, usufruem de privilégios simbólicos, por serem pessoas brancas, mesmo sem recursos materiais. No Brasil, o mito da democracia racial e da meritocracia servem para invisibilizar o racismo cotidiano, ao permitir que brancos atribuam suas 'conquistas' ao mérito individual, mascarando estruturas históricas de opressão que perpetuam desigualdades (Bento, 2022; Schucman & Cordeiro, 2024).

As diferentes nuances da identidade branca permitem a quem é considerado branco a negação da existência do racismo, a apropriação de espaços de discussão racial sem confrontar privilégios, e a manutenção de hierarquias por meio de classificações raciais flexíveis que sempre beneficiam corpos considerados brancos (Gomes, 2021). Essas estratégias sustentam a estrutura racista que normaliza a supremacia branca, mesmo na ausência de identidades raciais fixas.

Os efeitos da branquitude são visíveis nas relações profissionais e se expressam na baixa representatividade de pessoas não brancas em espaços de chefia, gerência, liderança e presidência. Quando acontece, serve para reforçar o mito da democracia racial e o discurso da meritocracia, especialmente em ambientes corporativos (Conceição, 2024).

Numa perspectiva indígena guarani, a branquitude revela a face oculta do humanismo. É uma ideologia que perpetua violências etnogenocidas e ecocidas (Longhini, 2023). A lógica da propriedade privada e da conquista do outro são estruturantes do processo identitário da supremacia branca colonial. Para além da exploração capitalista racializada contra pessoas não brancas, os efeitos da branquitude se expandem contra os rios, as matas, os demais bichos. Na dinâmica das relações sociais, pessoas brancas acreditam no mérito pessoal de suas conquistas, enquanto pessoas não brancas se constroem a partir de sentimentos de inferioridade, e seres não humanos são tratados como recursos (Núñez, 2023b).

Pesquisas em Psicologia têm mostrado que um padrão racista da branquitude é inferiorizar a estética negra (Chaveiro, 2020; 2023). Em resistência a esse comportamento, pessoas negras no país estão dedicando suas lutas diárias ao fortalecimento da autoestima e da estética africana em crianças negras, a fim

de impedir que as próximas gerações tenham feridas coloniais relacionadas à sua própria corporeidade.

Adicionalmente, a produção científica da área destaca alguns eixos comuns de problematização que aglutinam as discussões. Existe o interesse em entender como a branquitude atua como norma invisível em práticas clínicas, teorias e diagnósticos (Schucman & Gonçalves, 2020). Reflorestar a monocultura do pensamento psicológico, confrontar a lógica da propriedade privada, descolonizar afetos e valorizar práticas terapêuticas ancestrais são temas discutidos a partir da perspectiva indígena (Longhini, 2023; Núñez, 2023a; 2023b).

Outra linha de debate problematiza o racismo estrutural e as hierarquias de poder em instituições como empresas, universidades e clínicas, onde a sub-representação de psicólogas(os) negras(os) em liderança ilustra dinâmicas racistas (Conceição, 2024). Para o enfrentamento da branquitude na Psicologia brasileira, a proposição de abordagens antirracistas, decoloniais e interseccionais são temáticas recorrentes (Queiroz & Araújo, 2024), assim como discussões sobre os impactos na saúde mental e o silenciamento de sofrimentos raciais em contextos clínicos (Faustino & Rosa, 2023; Lanza, 2021; Silva & Carneiro, 2023; Tavares & Trad, 2021).

A reformulação de currículos acadêmicos e a consolidação de políticas públicas e ações afirmativas são amplamente recomendadas (Meireles et al., 2019; Ribeiro, 2023). Nessa direção, o envolvimento dos conselhos de psicologia<sup>12</sup> tem sido fundamental para impulsionar as reflexões étnico-raciais e inserir a pauta do combate ao racismo de maneira definitiva nas práticas psicológicas (Ramos & Carvalho, 2024).

Psicólogas(os) brasileiras(os) são encorajadas(os) a iniciar o processo de letramento racial (Meireles et al., 2019). Para que uma pessoa branca possa se libertar de seus complexos de superioridade, torna-se imprescindível a conscientização acerca das consequências da branquitude em sua própria construção subjetiva. Já pessoas não brancas precisam ser encorajadas a romper a máscara do silenciamento e se libertarem do conjunto de complexos de inferioridade germinados a partir do ideal da branquitude. Nesse caminho, vislumbrar possibilidades de reparação é um passo necessário.

---

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Conselho Federal de Psicologia (2017).

## Reparação como horizonte: caminhos possíveis

Transcorridos 60 anos da regulamentação da profissão no país, é possível afirmar que a Psicologia, como ciência e profissão, continua sendo um território ocupado majoritariamente por pessoas brancas (Sandall et al., 2022), sendo, portanto, um ambiente acadêmico e profissional racializado. Em outras palavras, os espaços de formação, de construção do conhecimento científico e de atuação profissional ainda reproduzem a matriz de poder colonial e a supremacia racial branca.

Partindo de um posicionamento antirracista e decolonial, antes de iniciar as lutas por reparação, psicólogas(os) brasileiras(os), majoritariamente pessoas brancas, necessitam reconhecer os privilégios que possuem e combater as manifestações do racismo sutil na vida cotidiana (Carreira, 2018). Incomodar-se com a predominância de corpos brancos, sobretudo de homens, nos espaços de poder e liderança e reconhecer que se trata de privilégios de raça (e de gênero) faz parte do processo de letramento racial (Conceição, 2024; Meireles et al., 2019). Tornar-se consciente dos privilégios da branquitude implica assumir o compromisso na desconstrução do racismo e ocupar um lugar de desconforto necessário e permanente<sup>13</sup>.

Entender que a neutralidade do conhecimento psicológico é ilusória e que há um lugar de enunciação hegemônico que invisibiliza saberes subalternos é um passo importante para a reparação. Combater os efeitos nocivos da branquitude, nos diferentes eixos de atuação, é uma dívida histórica da Psicologia brasileira.

Corpos brancos na luta antirracista importam, mas como parceiros políticos de uma construção protagonizada por quem historicamente sofre as consequências do racismo (Carreira, 2018). Nesse processo, recomenda-se construir alianças para

produção de conhecimento heterogêneo e para criar canais de comunicação intercultural, sem usurpar o protagonismo intelectual.

Vozes decoloniais devem emergir para denunciar situações de dominação e opressão perpetuadas desde a colonização até os dias atuais, e para anunciar seus modos de ser e reexistir (Dimenstein et al., 2022). A Psicologia brasileira é encorajada a dialogar com saberes quilombolas, indígenas e periféricos, rompendo com o ideal burguês de humanidade. Conceitos europeus e norte-americanos precisam ser questionados, porque, por mais bem traduzidos que estejam, não refletem diretamente as realidades multiculturais da população brasileira, além de servir como instrumento de controle e dominação colonial (Santos, 2023; Núñez, 2023b).

O vocabulário decolonial<sup>14</sup> é considerado um modo de enfrentamento à branquitude. Para Nego Bispo, liderança quilombola, a arte de nominar é a arte de dominar (Santos, 2023). Enquanto a branquitude fala em progresso e desenvolvimento, a palavra-flecha ecoa reexistência e reparação. Decolonizar a linguagem psicológica é essencial para romper a universalização de padrões culturais brancos.

Nessa direção, um significativo caminho para a reparação seria criar espaços formativos para docentes, intelectuais e profissionais brancas(os) da Psicologia refletirem sobre suas práticas discursivas, na escrita ou na fala, percebendo como ainda estão reproduzindo racismo por se colocarem no lugar de privilégio de, supostamente, não precisarem conhecer sobre relações étnico-raciais (Meireles et al., 2019). Expressões pejorativas são desferidas a todo momento, até mesmo na elaboração de artigos científicos em Psicologia, fortalecendo as narrativas coloniais de suposta superioridade eurocêntrica. Essas práticas, quando acessadas por pessoas negras ou indígenas, atuam na constituição de autoestima

<sup>13</sup> A autora Grada Kilomba (2019), ao descrever os mecanismos de defesa de pessoas brancas para lidar com a própria branquitude, destaca que num primeiro momento pessoas brancas costumam utilizar estratégias defensivas para não assumir suas atitudes racistas. Sentir culpa e vergonha da herança colonial são afetos necessários para mobilizar atitudes de reconhecimento ao racismo e reparação. Reparar, histórica e financeiramente, o mal causado pelo racismo estrutural às pessoas não brancas é um compromisso que deve ser assumido por pessoas brancas engajadas nas lutas antirracistas. A reparação ancora-se em práticas de mudanças de estruturas, resgate cultural, criação de políticas públicas, ações afirmativas e indenizações financeiras (Bento, 2022).

<sup>14</sup> *Aquilombar*: a arte de existir em coletivo, tecendo redes de proteção contra a colonialidade. *Reexistência*: neologismo que combina “resistência” e “existência”. Para sobreviver ao colonialismo é preciso existir em rebeldia, criando modos de vida que subvertam a lógica de dominação. *Palavra-flecha*: metáfora que define a linguagem como arma de transformação, como “flecha” para perfurar narrativas coloniais, como o mito da democracia racial, e revelar as feridas abertas pela branquitude. *Corpo-território*: palavra que une a luta pela terra à defesa do corpo negro, indígena e periférico contra a violência colonial. O corpo como campo de batalha político. O conceito é fruto de mobilizações comunitárias de mulheres de povos originários.

e deixam marcas subjetivas muito profundas de dor e sofrimento.

Sabendo disso, faz-se necessário impulsionar problematizações acerca de termos como: mulata, moreno, índio, tupiniquim, desumano, beleza exótica, negro de traços finos, cabelo ruim, denegrir (em sentido pejorativo), mercado negro, serviço de preto, a coisa está preta, inveja branca etc. Esses são alguns exemplos de expressões de conotação racista, as quais perpetuam uma dinâmica de relação de poder em que brancos são tidos como superiores em comparação às pessoas negras, indígenas e seres não humanos.

Além disso, a reparação dos efeitos da branquitude na psicologia brasileira perpassa pela consolidação de políticas públicas, nos moldes da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Ações afirmativas são instrumentos potentes, pois garantem a diversidade e inclusão de pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda nas universidades e, posteriormente, em ambientes profissionais, em funções de poder e liderança.

Especificamente em relação às ações de acesso ao ensino superior, elas deveriam garantir não só a inserção e permanência de estudantes de graduação, mas também de professoras(es) negras(os) e indígenas integrando o corpo docente de universidades pelo país, promovendo o protagonismo e trazendo direcionamento epistemológico para práticas de ensino e pesquisas sobre teorias africanas e indígenas, por exemplo.

Assim, para que a formação em Psicologia abandone os moldes coloniais, torna-se imprescindível que a política de cotas seja refletida no interior dos cursos, não somente entre os estudantes. Desse modo, estudantes e futuras(os) psicólogas(os) negras(os) e indígenas não sofreriam com o racismo institucional; pelo contrário, teriam melhores condições para finalizar o curso e se inserir no mundo do trabalho, tendo psicologias plurais e o pensamento decolonial como ferramentas de luta.

Enquanto a representatividade racial não é alcançada na estrutura dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia no Brasil, psicólogas(os) brancas(os), responsáveis pela formação e produção científica, são fortemente encorajadas(os) a romper o

apagamento epistemológico produzido pelo domínio de teorias e metodologias do Norte Global, as quais se pretendem universais. É imprescindível que ecoe o pluriversal e transcultural desde a elaboração dos planos de curso, passando pela escolha das bibliografias<sup>15</sup> e dos exemplos citados em sala de aula, deslocando-se das posições eurocênicas e estadunidenses e abrindo espaço de escuta para teorias-outras, deixando que os discursos produzidos nas margens afetem a textura do pensamento psicológico brasileiro (Carvalhoes & Lima, 2020; Oliveira, 2020).

Qualificar a escuta clínica de psicólogas(os) brancas(os) e garantir a presença de psicólogas(os) negras(os) e indígenas nos ambientes de atuação profissional são possibilidades de enfrentamento à branquitude. Conceitos como lócus de enunciação, lugar geopolítico e corpo-político do conhecimento, lugar de fala e interseccionalidade são considerados chave para qualificar o olhar, a escuta e a prática psicológica, em todas as áreas (Rosa & Alves, 2020).

Distinguir os efeitos psicológicos da branquitude para pessoas brancas e não brancas é um conhecimento central para práticas psicológicas antirracistas. Quem tem a identidade racial branca conduz sua vida como norma, algo natural e universal num lugar confortável, às vezes incômodo, de vantagem social. Em contrapartida, corpos não brancos vivenciam cotidianamente os efeitos nocivos da branquitude, gerando sentimentos de inferioridade, culpa, humilhação e angústia (Meireles et al., 2019).

Para exemplificar, a Psicologia clínica africana é uma perspectiva que reconhece e aborda aspectos das relações étnico-raciais durante o processo terapêutico, considerando raça como estruturante para a constituição da subjetividade de todas as pessoas. Desse modo, pessoas negras são atendidas por psicoterapeutas negras(os), a partir de metodologias e epistemologias afrocentradas, as quais buscam a autonomia e emancipação (Chaveiro, 2024).

Já no campo científico é preciso se posicionar politicamente e repensar o eurocentrismo epistêmico e o paradigma da neutralidade científica (Dimenstein et al., 2022). Metodologias-outras baseadas em epistemologias do Sul são incentivadas como estratégia para dar visibilidade aos saberes geopoliticamente subalternizados. A literatura decolonial sugere sentir-pensar

---

<sup>15</sup> Na revisão curricular dos cursos de Psicologia é recomendado incluir bibliografias de autoria de pessoas negras, indígenas e periféricas, como Neusa Santos Souza, Lélia González, Cida Bento, Geni Núñez e Nego Bispo.

a pesquisa como algo mais parecido com arte do que com técnica (Dulci & Malheiros, 2021).

Especificamente em relação à produção de conhecimento sobre branquitude, pesquisas que tenham como objetivo denunciar e combater práticas discursivas racistas em nosso cotidiano são recomendadas. Esse caminho justifica-se, pois um dos privilégios ostentados pela branquitude é o de que pessoas brancas não precisam conhecer sobre relações étnico-raciais, haja vista que são e se consideram como seres universais (Schucman, 2014). Dessa forma, a ausência de letramento racial em psicólogas(os) brancas(os) possibilita que inúmeras situações de racismo sejam reproduzidas diariamente por elas. Segundo Grada Kilomba, esse é um privilégio “. . . que nem todos nós temos. Mas não é só que não se sabe. Mas que se tem o poder de não ter que saber” (Kilomba, 2019, p. 20).

Diante disso, é fundamental que psicólogas(os) brancas(os) e não brancas(os) se aproximem dos movimentos sociais brasileiros para compreender suas pautas e dialogar com seus conhecimentos contracoloniais (Ramos & Carvalho, 2022; 2024). Essa aproximação representa um caminho reparador, uma vez que o desconhecimento sustenta a reprodução de estereótipos raciais e do racismo estrutural, institucional e recreativo nas práticas psicológicas.

Para psicólogas(os) brancas(os), outra dimensão fundamental no processo de reparação consiste em aprender a confrontar conscientemente a desigualdade social produzida pela branquitude. Isso exige reconhecer que privilégios materiais e simbólicos usufruídos por pessoas brancas são construídos a partir da negação de direitos e oportunidades aos corpos não brancos. Assimilar essa dinâmica de espoliação histórica representa um desafio emocional complexo, conforme apontam Meireles et al. (2019), pois implica lidar com o peso ético de privilégios herdados. Nesse contexto, estratégias de reparação financeira, como a doação de parte da renda a fundos coletivos antirracistas<sup>16</sup> emergem como práticas reparativas que materializam a redistribuição concreta

de recursos, rompendo com a lógica de acumulação racializada que sustenta a branquitude.

Pela complexidade dos efeitos, reparar os danos da branquitude na psicologia brasileira requer mais do que reconhecimento teórico, demanda práticas antirracistas efetivas. Diante disso, desvelar mecanismos sutis e explícitos de sua manifestação e confrontar violências racistas por ela naturalizadas torna-se imprescindível para profissionais e pesquisadoras(es) da Psicologia comprometidas(os) com a justiça social e o giro decolonial.

### **Para (não) concluir**

Neste ensaio refletimos sobre a branquitude na Psicologia brasileira a partir da crítica decolonial. Enfatizamos que a dinâmica da branquitude como produtora de injustiças e violências estruturais precisa ser denunciada e combatida, jamais naturalizada, numa luta esperançosa e sem trégua.

Nossas reflexões partiram de uma aliança acadêmica para a produção de conhecimento heterogêneo. Convergir para a escrita deste texto, como uma experiência polifônica, as inquietações raciais de uma mulher branca, psicóloga-docente, com pós-doutorado em Psicologia social e do trabalho; as lutas antirracistas de uma mulher preta, psicóloga-docente, doutora em estudos étnico-raciais; e as reflexões críticas de um homem branco, psicólogo-docente, supervisor de pós-doutorado em psicologia social e do trabalho.

Confluímos com o movimento intelectual comprometido com as lutas históricas do nosso tempo<sup>17</sup>. Munida da crítica decolonial, acreditamos que a Psicologia brasileira se instrumentaliza para confrontar modos de vida injustos e opressores; e para lutar por mundos e existências plurais, em que a liberdade, a dignidade e o bem viver não sejam privilégios de pessoas brancas.

Em termos práticos, este ensaio buscou contribuir com o processo de conscientização de psicólogas(os) brasileiras(os), a partir do debate da branquitude. Contudo, reconhecemos que transformar crítica

---

<sup>16</sup> Por exemplo, o Fundo Baobá é o maior fundo patrimonial brasileiro gerido por pessoas negras. Os recursos mobilizados se destinam exclusivamente ao enfrentamento do racismo e promoção da equidade racial no Brasil. Criado em 2011, o Fundo Baobá investe, prioritariamente por meio de editais, no desenvolvimento de lideranças e no fortalecimento de organizações negras comprometidas com o enfrentamento ao racismo, com a promoção da equidade racial e da justiça social. Até junho de 2024, o Baobá já havia apoiado mais de 1.200 iniciativas que tiveram impacto indireto em mais de 1,3 milhões de pessoas (<https://baoba.org.br/quem-somos/>)

<sup>17</sup> Em 2023, o Conselho Federal de Psicologia, lançou a Campanha Nacional de Direitos Humanos “Descolonizar corpos e territórios: Reconstruindo existências brasis”.

em ação não é uma tarefa simples, pois demanda o abandono de uma posição confortável de privilégio e o confronto direto com epistemologias hegemônicas que sustentam hierarquias sociais.

Ecoamos a urgência do letramento racial de pessoas brancas na Psicologia brasileira para que consigam repensar as relações étnico-raciais e os atravessamentos da branquitude em todas as áreas e contextos de atuação, abandonando práticas racistas em seus vários formatos. Com este texto, fortalecemos o compromisso de ampliar os espaços para que pensadores não brancos assumam lugares na academia para o resgate e transmissão de seus saberes.

Entendemos que o modelo colonial eurocentrado, o qual ainda têm maior espaço na Psicologia brasileira, precisa ser reformulado.

Defendemos que futuros avanços em termos de reparação e justiça social somente serão alcançados por meio do fortalecimento e elaboração de novas políticas públicas, a fim de que os saberes e práticas de povos negros e indígenas sejam realmente incorporados em espaços de produção do conhecimento científico e de formação profissional de maneira transversal, e não como recorte. Finalizamos com a esperança de colaborar com o giro decolonial e o letramento racial de quem ensina, atua e pesquisa Psicologia no Brasil.

## Referências

- Alves, C. B., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 15(34), 647-661. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2015000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012)
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607-630. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Cardoso, L. (2017). A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In T. M. P. Müller, & L. Cardoso, *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Appris.
- Carreira, D. (2018). O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. *SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos*, 15(28), 127-137. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>
- Carvalhoes, F. F., & Lima, A. B. (2020). Contemporaneidade e decolonialismo: Notas para uma práxis crítica e situada para a Psicologia Social. *Revista Espaço Acadêmico*, 223, 58-70. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54378>
- Carvalho-Freitas, M. N., Bentevi, D. R. C., & Sandall, H. (2022). Diversidade na psicologia. In Conselho Federal de Psicologia. *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho* (Vol. 1, pp. 54-68). [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol1\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf)
- Chaveiro, M. M. R. S. (2020). *Cabelos crespos em movimento(s): infância e relações étnico-raciais* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216697>
- Chaveiro, M. M. R. S. (2023). Infâncias afrofuturistas, cabelo crespo e sankofa: a estética como estratégia de resistência. *ODEERE*, 8(1), 176-191. <https://doi.org/10.22481/odeere.v8i1.12338>
- Chaveiro, M. M. R. S. (2024). *Psicologia clínica africana: Teoria e prática* (Vol. 1). Dialética.
- Colantoni, A. G. (2024). Branquitude crítica: da vergonha à responsabilização. *Polymatheia-Revista de Filosofia*, 17(1), 48-64. <https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/11859>
- Conceição, M. N. (2024) Desculpa, é que você não tem cara de...": a branquitude e o privilégio da normalidade em ambientes corporativo. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 2(33), 90-112. <https://doi.org/10.46906/caos.n33.70489.p90-112>

- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais – Referências técnicas para a atuação de psicólogos(os)*. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Vol. 1). <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>
- Dimenstein, M., Silva, G. N., Dantas, C., Leite, J., & Macedo, J. P. (2022). Produção de conhecimento, psicologia e pensamento colonial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74(1). <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.19513>
- Dulci, T. M. S., & Malheiros, M. R. (2021). Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Revista Espirales*, (ed. Especial), 174-193. <https://revistas.unila.edu.br/espiales/article/view/2686>
- Faustino, D. M., & Rosa, M. D. (2023). O mal-estar colonial: racismo, indivíduo e subjetivação na sociabilidade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 35, e275160. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e275160>
- Freire, P. (2021). *Cartas a Cristina: Reflexões sobre minha vida e minha práxis*. (4a ed.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1994)
- Gomes, J. (2022). Djumbai criativo: Lourenço Cardoso e a branquitude crítica e acrítica. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 14(41), 57-78. <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1426>
- Gonçalves, B. S. (2016). A dupla consciência latino-americana: Contribuições para uma psicologia descolonizada. *Revista Psicologia Política*, 16(37), 397-413. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2016000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300011)
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244. <https://patriaciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.697>
- Kilomba, G. (2019). *Ilusões: Vol. I. Narciso e Eco*. In G. Kilomba. *Desobediências Poéticas*. Pinacoteca de São Paulo. <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/12390.pdf>
- Lanza, H. R. (2021). Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a prática clínica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 1144-1159. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62732>
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República do Brasil. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)
- Lima, M. L. C., & Malcher, C. M. F. (2019). Por uma psicologia-resistência. In M. I. Tamboril, M. L. C. Lima & A. L. M. Neves. *Psicologia social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios* (Vol. 1, pp. 21-35). [https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao\\_encontros\\_2020\\_volume1.pdf](https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao_encontros_2020_volume1.pdf)
- Longhini, G. D. N. (2023). Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário. *Psicologia & Sociedade*, 35, e277101. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277101>
- Lyra, J., Alves, M. C., Sant'Anna Junior, A. D., Sousa, G., Silva, J. K. J. D., Prates, M. A., & Albuquerque, W. (2023). Psicologia social e antirracismo: Arte-fatos científicos desde caos-mundo. *Psicologia & Sociedade*, 35, e275159. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e275159>
- Meireles, J., Feldmann, M., Silva Cantares, T., Nogueira, S. G., & Guzzo, R. S. L. (2019). Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: Em busca de formação crítica sobre a branquitude. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), e3181. [http://www.seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/e3181](http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3181)
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Navasconi, P. V. P. (2023). Da ausência para a existência – Intelectualidades negras no espaço colonial em busca da construção de uma psicologia brasileira antirracista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 16(Edição Especial). <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1560>

- Núñez, G. (2023a). *Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar*. Planeta do Brasil.
- Núñez, G. (2023b). Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: Caminhos para além das monoculturas. *Revista Tempo e Argumento*, 15(40), e0101. <https://doi.org/10.5965/2175180315402023e0101>
- Oliveira, E. S. (2020). O pensamento de fronteira de Carolina Maria de Jesus. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e212106. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003212106>
- Oliveira, L. O. A. (2007). *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: Representações de branquitude entre indivíduos brancos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA. [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio\\_oliveira.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio_oliveira.pdf)
- Pavón-Cuellar, D. (2021). Rumo a uma descolonização da psicologia latino-americana: condição pós-colonial, virada decolonial e luta anticolonial. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 20(39), 95-127. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.182217>
- Pereira, D. F., Gonçalves, C. V., Silva, C. M., & Eckhardt, F. (2022). O pensamento decolonial na Psicologia brasileira. *Conhecimento & Diversidade*, 14(32), 181-193. <https://doi.org/10.18316/rcd.v14i32.9416>
- Piza, E. S. P. (1998). O caminho das águas: estereótipos de personagens negras por escritoras brancas. *Cadernos de Pesquisa*, (105), 191-192. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/711>
- Queiroz, V. S., & Araújo, G. D. (2024). Branquitude, racismo e psicologia clínica: Críticas para a construção de uma clínica antirracista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 15(43). <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1616>
- Ramos, M. R., & Carvalho, L. L. (2022). A cor da Psicologia: Um estudo sobre o estado da arte da psicologia sobre branquitude. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 11(1), 403-420. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64917>
- Ramos, M., & Carvalho, L. L. (2024). Psicologia e branquitude conexões e desconexões...: um levantamento sobre a produção científica da psicologia brasileira sobre branquitude. In J. Klauss & W. F. Pereira, *Processos psicossociais: explorando identidade, comunicação, gênero e relações humanas* (Vol. 2, pp. 39-51). Editora Científica Digital. <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-808-5.pdf>
- Ribeiro, M. (2023). Descortinando e ampliando horizontes: Ações afirmativas e antirracismo como estratégias de inclusão educacional. *Psicologia & Sociedade*, 35, e278161. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e278161>
- Rosa, E. G. D., & Alves, M. C. (2021). Estilhaftando a máscara do silenciamento: Movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>
- Sandall, H., Queiroga, F., & Gondin, S. M. G. (2022). Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil. In Conselho Federal de Psicologia, *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: Formação e inserção no mundo do trabalho* (Vol. 1, pp. 42-53). [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol1\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf)
- Santos, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26, 83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Schucman, L. V. (2018). Branquitude e privilégio. In M. L. Silva, M. Farias, M. C. Ocariz & A. S. Neto (Orgs.), *Violência e sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 137-150). Escuta. <https://cleiaprestes.com/wp-content/uploads/2023/12/Ressignificacao-da-identidade-e-amor-como-resistencia-a-violencia-racial-em-favor-da-saude-.pdf#page=138>
- Schucman, L. V., & Cordeiro, A. S. (2024). "A branquitude não pode ser antirracista..." Um diálogo com Lia Vainer Schucman. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 2(33), 199-215. <https://doi.org/10.46906/caos.n33.70465.p199-215>
- Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e subjetividade: Do campo social ao clínico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(spe), 109-123. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672020000300009](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300009)


- Schucman, L. V., & Silva, I. R. Branquitude. (2022). In Conselho Federal de Psicologia, *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Vol. 1). <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-final.pdf>
- Silva, A. C. B., & Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade e saúde mental da população negra: Algumas reflexões políticas e psicanalíticas. *Psicologia & Sociedade*, 35, e276440. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e276440>
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Editora UFMG. <https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal. [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa\\_Santos\\_Souza\\_-\\_Tornar-se\\_Negro.pdf?1599239573](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599239573)
- Tavares, J. S. C., & Trad, L. A. B. (2021). Racismo e saúde mental: subsídios para uma clínica socialmente contextualizada. In I. R. Barbosa, K. M. Aiquoc & T. A. Souza (Orgs.), *Raça e saúde: Múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil* (pp. 169-180). EDUFERN. [https://www.researchgate.net/publication/356840411\\_Racismo\\_e\\_saude\\_mental\\_subsidios\\_para\\_uma\\_clinica\\_socialmente\\_contextualizada](https://www.researchgate.net/publication/356840411_Racismo_e_saude_mental_subsidios_para_uma_clinica_socialmente_contextualizada)

---

*Marina Cardoso de Oliveira*

Psicóloga e pesquisadora com pós-doutorado em Psicologia Social e do Trabalho pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba – MG. Brasil.


Email: [marina.cardoso.oliveira@uftm.edu.br](mailto:marina.cardoso.oliveira@uftm.edu.br)

 <http://orcid.org/0000-0002-8715-2853>

*Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro*

Pesquisadora em pós-doutorado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestra e graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC. Brasil.


E-mail: [maylla.chaveiro@gmail.com](mailto:maylla.chaveiro@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-7581-105X>

*Marcelo Afonso Ribeiro*

Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP. Brasil.

E-mail: [marcelopsi@usp.br](mailto:marcelopsi@usp.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-0396-7693>

Endereço para envio de correspondência:

Avenida Getúlio Guaritá, 159, Bairro Abadia. CEP: 38025-44. Uberaba – MG. Brasil.

*Recebido* 27/06/2024

*Aceito* 08/05/2025

*Received* 06/27/2024

*Approved* 05/08/2025

*Recibido* 27/06/2024

*Aceptado* 08/05/2025

Disponibilidade de dados: os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003287959>

Editores responsáveis: Miriam Cristiane Alves e Rafael Wolski de Oliveira.

*Como citar:* Oliveira, M. C., Chaveiro, M., M., R., S., & Ribeiro, M. A. (2026). Branquitude na Psicologia Brasileira: Reflexões a partir da Crítica Decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287959. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287959>

*How to cite:* Oliveira, M. C., Chaveiro, M., M., R., S., & Ribeiro, M. A. (2026). Whiteness in Brazilian Psychology: Reflections from a Decolonial Critique. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287959. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287959>

*Cómo citar:* Oliveira, M. C., Chaveiro, M., M., R., S., & Ribeiro, M. A. (2026). La Blanquitud en la Psicología Brasileña: Reflexiones desde una Crítica Decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46, e287959. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287959>